

Estratégias de comunicação em redes de denúncia no contexto da escravidão contemporânea no Maranhão: o caso do programa “Escravo, nem pensar!”¹⁶

Andréa Rabello
Maria do Socorro Pereira da Costa

Este artigo faz parte de um esforço de pesquisa realizado pelo projeto “Vozes da Esperança: estratégias de comunicação em redes de aliciamento e denúncia no contexto do trabalho escravo no Maranhão (2010-2012)”¹⁷ que visa compreender as estratégias de comunicação utilizadas pelas entidades e organizações sociais para o combate ao trabalho escravo. Tal rede de denúncias é composta por várias organizações, dentre elas: Comissão Pastoral da Terra (CPT), ONG Repórter Brasil (RB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Organização Internacional do Trabalho

16. Artigo originado de trabalho apresentado e publicado em Anais do VI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas – “VI Abrapcorp 2012 – Comunicação, Discurso, Organizações”, abril de 2012, São Luís (MA).

17. Projeto de pesquisa financiado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico no Maranhão), com vigência entre 2010 a 2012. Fizeram parte desta pesquisa estudantes de Comunicação e Ciências Sociais da UFMA e da Faculdade São Luís (atual Estácio de Sá): Andrea Rabelo Almeida, Larissa dos Santos Martins, Maria do Socorro Pereira da Costa, Max de Medeiros Soares, Saara Sâmara de Sousa, Rosiane de Oliveira Silva e Raylla Cristine Dias Lima.

(OIT), Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Bascarán (CDVDH/CB), dentre outras. O que iremos apresentar aqui tem como foco o programa “Escravo, nem pensar!”, coordenado pela ONG Repórter Brasil e desenvolvido, dentre outros, no município de Açailândia-MA, em parceria com o Centro de Defesa de Açailândia, Comissão Pastoral da Terra e também a Secretaria Municipal de Educação de Açailândia. É fruto de reflexões acerca de dois trabalhos de campo realizados no referido município nos períodos de julho de 2010 e julho de 2011. Na ocasião, foram entrevistados membros do CDVDH/CB, além de lideranças comunitárias e educadores participantes de cursos de capacitação pelo projeto. Também foi realizada uma longa entrevista com a equipe da ONG Repórter Brasil, responsável pelo programa em questão, em outubro de 2011.

Os referenciais teóricos e metodológicos que nos auxiliam na construção dessa reflexão estão ligados principalmente aos campos das Ciências Sociais e Comunicação, tendo como autores principais Queila Souza e Carlos Quandt, na discussão sociológica sobre redes, bem como Márcio Simeone Henriques, na discussão sobre estratégias de mobilização social, Enezita Araújo, sobre mediações e poder e Cecília Peruzzo, nas discussões entre comunicação popular e comunitária, dentre outros incorporados nas leituras durante o projeto de pesquisa, realizadas há pelo menos dois anos.

“Escravo, nem pensar!”, é um programa surgido após as demandas do I Plano Nacional Para Erradicação do Trabalho Escravo¹⁸ e atua em 43 municípios de seis estados: Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso, Pará e Bahia. Sua missão é diminuir o número de pessoas aliciadas para o trabalho escravo através da formação de professores e líderes comunitários cuja função é difundir, em suas respectivas organizações, o conhecimento em relação ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo contemporâneo. Além de capacitar os “multiplicadores”, a ONG Repórter Brasil em parceria com outras organizações é responsável por produzir os materiais didáticos, que também são nosso objeto de estudo, e acompanhar as atividades nos municípios.

18. O I Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado em 2003, durante o primeiro ano do governo Lula, abrindo uma série de discussões e debates junto ao poder público nacional da questão.

Fundada em 2001, a ONG Repórter Brasil, é formada por jornalistas, educadores e cientistas sociais, cujo objetivo é “*fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil.*” A RB articula atividades de prevenção ao trabalho escravo nos seis estados supracitados, em cada um deles conta com a parceria de organizações sociais e do poder público local, indispensáveis para a execução do programa. A entidade compõe a CONATRAE¹⁹³ (Comissão Nacional Para Erradicação do Trabalho Escravo), ficando responsável, como já foi dito, por coordenar o programa “Escravo, nem pensar!”. Estudar a questão do trabalho escravo no Maranhão é justificada pelo *ranking* que o Estado ocupa na exportação da mão de obra para outras regiões do país. Além disso, a incidência de trabalho escravo também é grande na região. Um dos municípios mais atingidos tanto em número de trabalhadores aliciados como de trabalhadores escravizados é o município de Açailândia. Foi com o intuito de combater essa e outras violações dos direitos humanos que nasceu, em 1996, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH), hoje Centro de Defesa Carmen Búscaran, em homenagem a uma de suas fundadoras.

O CDVDH também compõe a CONATRAE, e juntamente com outras organizações sociais é responsável, sobretudo, por realizar o trabalho de prevenção e de denúncia aos órgãos públicos competentes. Vale ressaltar que o município, graças ao trabalho dos membros do CDVDH, é responsável por 11% das denúncias de todo o Brasil, além de já ter contribuído para libertação de mais de 2 mil trabalhadores.

Para Enezita Araújo, em seu texto *Mediações e Poder*, o poder simbólico exerce-se nas relações sociais, na capilaridade social; é constituído e constitui-se na dinâmica social. Neste caso, os agentes sociais disputam poder a partir de suas práticas discursivas. É o que observamos com as entidades do estudo em questão: tanto em âmbito nacional, como a Repórter Brasil, quanto em âmbito local, como o Centro de Defesa de Açailândia, produzem sentido em seus discursos junto às reuniões da CONATRAE; o

19. Logo após o lançamento do I Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, foi fundada a CONATRAE com o intuito de pautar a discussão entre poderes públicos e sociedade civil.

que resulta em ações articuladas e financiadas para o combate ao trabalho escravo no Maranhão.

Neste sentido, os processos de produção, negociação, circulação e consumo das políticas públicas, como nos sugere Araújo (2000), começam a aparecer em programas, como o caso do Escravo, nem pensar!, que leva a municípios como Açailândia formação de educadores e lideranças comunitárias acerca do trabalho escravo contemporâneo. Foi no município de Açailândia em 2005 que o programa, ainda em fase de “teste”, teve sua primeira “aplicação”. A escolha do município e do estado do Maranhão se deve pela atuação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, bem como pelo número de denúncias naquele município e alto número de pessoas aliciadas e “exportadas” para outras regiões. Todas as capacitações do projeto “Escravo, nem Pensar!” do Maranhão aconteceram entre 2005 e 2006. As entidades envolvidas são responsáveis por desenvolver funções específicas. Na cidade de Açailândia, o CDVDH fica responsável por articular educadores e lideranças comunitárias, garantir o local para capacitação dos mesmos e oferecer apoio durante a realização do projeto nas escolas e comunidades. Já os agentes da Repórter Brasil são responsáveis por oferecer a capacitação, realizando a abordagem dos temas relacionados ao trabalho escravo, trabalhando também a metodologia de ensino a ser desenvolvida pelos agentes “multiplicadores”. A Secretaria Municipal de Educação, por sua vez, seleciona as escolas e libera os professores que participarão do processo.

Para Souza e Quandt (2008), a análise das redes sociais deve observar elementos primários (elos entre os nós da rede) e secundários (os atributos dos atores). Para os autores, o conceito de redes sociais passa pelo entendimento de estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada. Embora com este conceito, os autores identificam hierarquias e centralidades na formação das redes. Aqui podemos pensar em atores centrais (no caso da análise, a ONG Repórter Brasil), que propõem ações aos demais atores, como é o caso dos parceiros (Centro de Defesa, Secretaria de Educação) e dos públicos propriamente ditos, no caso, educadores e lideranças comunitárias. Embora identifiquemos facil-

mente essa hierarquia e centralidade, para se manter como rede, é necessário que todos os atores envolvidos tenham participação efetiva, por mais que suas posições em geral são caracterizadas por duas visões principais: posicional e relacional.

“De acordo com a teoria das redes sociais, as duas visões de estrutura (relacional e posicional) permitem que se realize o levantamento do desenho da rede, da conexão entre os atores, além dos padrões de relacionamento. Há uma diferença fundamental entre as duas abordagens: enquanto a abordagem posicional tende a retratar a estrutura existente em um determinado momento, a abordagem relacional permite identificar sinais de evolução nos padrões de interação da rede”. (SOUZA e QUANDT, 2008, p. 44/45)

O CDVDH possui como eixo central o combate ao trabalho escravo. Nesse sentido, atua em três linhas: prevenção, repressão e reinserção. O Centro não possui pessoal capacitado para desenvolver a metodologia pedagógica de combate à escravidão. A Repórter Brasil, no ENP, por outro lado, desenvolve somente o trabalho de prevenção. Como explica Ivanete Silva, membro do CDVDH e coordenadora do projeto em Açailândia:

“(...) o projeto da RB é único, o nosso não, nós temos várias linhas de trabalho. A gente nunca formou essa equipe, pedagogicamente, pra trabalhar só a questão do trabalho escravo... nós temos essa capacidade, esse conhecimento, mas nós não temos essa capacidade pedagógica pra trabalhar”. (Trecho de entrevista concedida por Ivanete Silva, julho de 2011, Açailândia/MA)

Pôde-se observar que o programa trabalha com públicos estratégicos, tanto na etapa “intermediária” (formação de agentes multiplicadores), quanto na final (troca de saberes com comunidades e estudantes). De um lado, lideranças comunitárias que abordarão o tema junto aos trabalhadores; de outro, os estudantes da rede municipal de ensino que terão o tema abordado em suas escolas e também participarão do processo de “investigação” do objeto de estudo, convertendo-se, conseqüentemente,

em multiplicadores desse conhecimento, sobretudo junto às suas famílias. Tanto a abordagem adotada como a escolha desses “públicos” estratégicos garantem o alcance da temática a um número considerável de sujeitos.

Esquemáticamente pode-se dizer que as estratégias de comunicação do programa “Escravo, nem pensar!” envolvem: articulação da Repórter Brasil às entidades regionais, no caso o CDVDH, a articulação do Centro de Defesa e entidades locais aos professores, rede de ensino e lideranças comunitárias; por fim, a articulação desses últimos às comunidades e educandos.

A rede é heterogênea se levar em conta a natureza das organizações que a compõe; abarca interesse público, privado e público-privado nas esferas: municipal, estadual e federal. Neste contexto, Henriques (2007) entende que para criar e manter os vínculos dos públicos com o movimento social configura-se como função básica, mas para esta ser bem sucedida, deve ser integrada e articulada com outras funções “difundir informações, promover a coletivização e registrar a memória da mobilização”.

Numa perspectiva desenvolvida por Henriques, podemos classificar os públicos do Escravo, nem pensar! de acordo com o envolvimento deste com o vínculo que desenvolve com a temática, pois segundo o autor “a complexidade dos próprios movimentos de ação social impõe, portanto, a necessidade de transcender os métodos clássicos de identificação e análise de públicos, considerando as relações sistêmicas que eles estabelecem entre si e com os projetos institucionalizados”. (HENRIQUES, 2007, p. 41)

Para o autor, pela natureza dos movimentos sociais, o modelo clássico de divisão de públicos, “baseados nas categorias tradicionais de público interno, externo e misto” não atendem às necessidades a inadequação é observada “na dificuldade de definir, para uma instituição aberta e descentralizada, o que se encontra em suas fronteiras internas e o que se projeta para fora dela e com qual alcance, onde a idéia de interno e externo perde seu sentido”. Portanto, o autor define três categorias de públicos “aplicáveis a projetos orientados para três níveis de aproximação”. A primeira definição de público apresentado pelo autor é o que ele denomina de “beneficiados”, este público “é entendido como sendo todas as pessoas e instituições que podem ser localizados dentro do âmbito espacial que o projeto

delimita para sua atuação”. Neste caso, podemos identificar os educadores e as lideranças comunitárias.

O segundo tipo de público apresentado pelo autor é denominado de “legitimadores”, formado por grupo de pessoas ou instituições que “não apenas se beneficiam com os resultados, mas possuem informações acerca de sua existência e operação, são capazes de reconhecê-lo e julgá-lo como útil e importante, podendo se converter em colaboradores em qualquer tempo”. Neste caso, podemos pensar nas articulações locais, como é o caso da Secretaria Municipal de Educação e demais parceiros responsáveis pela legitimação do projeto.

O terceiro nível de público apresentado por Henriques, diz respeito aos públicos “geradores”, que são grupos de pessoas ou instituições “que não apenas se beneficiam com os seus resultados mas dispõem-se a legitimar a sua existência, mas efetivamente organizam e realizam ações em nome do projeto”. Aqui fica evidente o papel do articulador local, no caso o Centro de Defesa de Açailândia.

O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

O curso de capacitação constitui um espaço de fundamental importância no projeto e é parte da estratégia de comunicação e das ações das entidades envolvidas no combate à escravidão. Visa sobretudo garantir a professores e lideranças comunitárias capacitação adequada para desenvolver uma metodologia pedagógica orientada nos princípios da educação popular. Visa também à habilitação dos professores para que estes, após o curso, desenvolvam projetos dentro de suas escolas. Como destaca Ivanete Silva:

“A didática do pessoal (Equipe da Repórter Brasil) que veio ministrar o curso era justamente pensando no pós (curso). O que eles fizeram? Todo participante tinha que vir e tinha que fazer um projeto pra executar dentro das escolas. Não tinha projeto financiado, mas o projeto que as escolas realizaram era pós-curso. Quando eles executavam esse pós-curso eu monitorava se estava acontecendo ou não... a RB dava certificado pós-cur-

so pra escola e o professor que estava na escola.”(Trecho de entrevista com Ivanete Silva, julho de 2011, Açailândia/MA)

O processo de formação é diferenciado para líderes comunitários e professores, pois as lideranças populares já possuem vínculos com movimentos sociais, o que em teoria lhes garante o domínio de processos comunicacionais baseados na horizontalidade da relação entre emissores e receptores de informação, elemento essencial na proposta do projeto.

A metodologia utilizada pela RB no processo de formação dos professores e líderes comunitários é composta por dois momentos complementares: a formação teórica e a formação prática. Nesta última, os participantes produzem algum tipo de material, como jornais e vídeos, por exemplo. A metodologia parte do pressuposto de que é necessário estabelecer um universo simbólico compartilhado pelos sujeitos envolvidos, para que o diálogo e a comunicação possam ser possíveis. Leva em consideração os saberes das comunidades, pois: *“Ninguém educa a si mesmo. Ninguém educa ninguém. As pessoas se educam entre si, mediadas pelo mundo.”* Deuselina da Silva, uma das educadoras da Escola Municipal Oziel Alves, do assentamento do MST, participante do curso de capacitação lembra em entrevista:

“[...] a gente teve toda parte de teoria, também, mas depois teve a parte da prática, treinando, fazendo filmagens. Foi muito interessante o projeto, a gente apresentou o jornal, eu lembro que fizemos o jornal e ele repercutiu muito em Açailândia. Saímos filmando pelos bairros... ao vivo mesmo e a cores. Foi muito interessante. Eu lembro que eu era uma das repórteres. Teve toda uma propaganda [...]” (Trecho de entrevista concedida pela educadora Deuselina da Silva, julho de 2011, Açailândia/MA).

Foram entrevistadas educadoras de três escolas participantes do projeto: Escola Municipal Oziel Alves, localizada em assentamento do MST, na zona rural da cidade; Escola Municipal Jesus de Nazaré e Escola Municipal Gastão Vieira. Cada uma delas desenvolveu, a partir de um mini-projeto, a temática da escravidão em suas respectivas escolas.

Observamos diferenças na abordagem do programa em cada escola, que podem estar relacionadas ao: envolvimento das educadoras com organizações sociais, populares, religiosas, nível de interesse e disponibilidade, capacidade organizativa, além das demandas específicas de cada instituição.

A escola Jesus de Nazaré, por exemplo, além de um mini-projeto do curso de capacitação, desenvolveu outras duas propostas para trabalhar o tema na escola, um dos quais contou com o financiamento da Repórter Brasil através de edital daquele ano. A escola propôs-se a realizar um projeto em que a geração de renda fosse somada ao trabalho educativo de prevenção à escravidão. Para tanto, com as verbas do edital compraram material para confecção de sandálias bordadas e decoradas e ofereceram às mães das crianças mais carentes uma oficina onde aprenderam a atividade.

Já a escola Oziel Alves desenvolveu somente o projeto do pós-curso. Suas crianças e adolescente produziram: cartilhas, textos, poesias e paródias. Foi criado um grupo de teatro que chegou a se apresentar em várias outras ocasiões, dentro e fora da escola. Segundo as suas educadoras, o projeto não teve continuidade pelo fato de a situação da escravidão estar mais “amena” na região, mas também por falta de acompanhamento, tanto da Repórter Brasil quanto do Centro de Defesa de Açailândia. Cabe lembrar que esta escola situa-se na zona rural de Açailândia e que sua dinâmica difere das demais.

Sobre o acompanhamento e monitoramento do programa, explica a coordenadora geral, da ONG Repórter Brasil, Fabiana Vezzali:

“No início do programa, pensamos em fazer o acompanhamento à distância, com o envio de questionários trimestrais em cartas- respostas com porte pago pela Repórter Brasil além do acompanhamento dos parceiros locais no desenvolvimento das ações pelos professores e lideranças populares (...) Com o decorrer do tempo, a equipe reavaliou sua forma de acompanhar as atividades. Hoje, o acompanhamento acontece por meio de 3 visitas *in loco*, a cada seis meses, aproximadamente, em que são realizados encontros com os participantes da formação e com grupos de alunos que tenham participado de atividades

sobre a temática do trabalho escravo em suas escolas.” (Trecho de entrevista concedida por Fabiana Vezzali, em outubro de 2011, em São Luís/MA).

A coordenadora do programa explica que os indicadores utilizados têm como meta diminuir, por meio da educação, o número de trabalhadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aliciados para o trabalho escravo na Amazônia e no Cerrado brasileiros e como objetivos estratégicos (1) Difundir o conhecimento a respeito de tráfico de pessoas e trabalho escravo rural contemporâneo como forma de combater essa violação dos direitos humanos e (2) Promover o engajamento das comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo.

EDUCAÇÃO POPULAR E CIDADANIA

As discussões acerca do trabalho escravo são introduzidas nas disciplinas de forma transversal; as crianças e adolescentes são estimulados a realizar pesquisas em suas comunidades para a criação de um banco de dados e sua posterior tabulação, envolvendo já de início as disciplinas de matemática e geografia. Além de ser trabalhado em sala de aula, especialmente nas disciplinas de português, história, geografia e matemática, os alunos são encorajados a tomar parte do processo de aprendizagem, através da realização de peças teatrais, elaboração de pequenos livros de poesia, desenhos, cartazes etc.

Tal metodologia de ensino é influenciada pela abordagem do pedagogo Paulo Freire, defensor da “pedagogia da autonomia”; o que significa que uma nova relação deva ser estabelecida no processo de aprendizagem. Para o pensador, o educador não é o portador inquestionável do saber, aquele que em sala de aula introduz o conhecimento no aluno, como se este fosse desprovido de capacidade crítica. Pelo contrário, sua metodologia visa à participação do aluno no processo educacional, ou seja, tanto aluno quanto professores são aprendizes e contribuem na jornada pelo conhecimento. Não é o conhecimento em si o mais importante nessa metodologia de aprendizado, embora ele seja fundamental, mas o próprio processo, o caminho percorrido até se chegar a ele. (FREIRE, 1983)

Os movimentos sociais buscam criar na sociedade o debate e formação de opinião pública para mediar as ações dos grupos sociais na atuação e desenvolvimento de práticas para a mudança social. Já a comunicação com caráter educativo, segundo Henriques (2007), deve gerar referências para a ação e para a mudança de atitudes e mentalidades nos indivíduos. Desnecessário estabelecer o limite que separa Pedagogia da Comunicação, principalmente na proposta de Paulo Freire. Existe diferença entre a comunicação popular ou comunitária e a educação popular. No entanto, são orientadas por conceitos muito próximos. Na comunicação comunitária ou participativa, os diferentes sujeitos envolvidos participam do processo decisório, de forma coletiva e interativa. Este modelo de comunicação é marcado pelo compromisso com o desenvolvimento da comunidade, entendendo como comunidade neste caso, um grupo de indivíduos que compartilham sentimentos, valores culturais ou mesmo uma condição socioeconômica semelhante.

“A participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária contribui para que elas se tornem sujeitos, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, se tornam protagonistas da comunicação e não somente receptores.” (PERUZZO, 2008)

A formação das crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, assim como dos educadores, também é composta por dois momentos complementares: a parte teórica e a prática. De certa forma, os educandos são também capacitados para a multiplicação do conhecimento, uma vez que as crianças e adolescentes desenvolvem uma série de materiais como: cartilhas, pequenos livros de poesia, peças teatrais, entre outros. Este material é apresentado nas escolas, e em graus diferentes, dependendo de cada escola, a participação da comunidade do entorno é maior ou menor.

Durante o processo de desenvolvimento do programa, as crianças e adolescentes foram confrontadas com uma realidade que desconheciam parcialmente. Nas ocasiões em que os alunos tiveram contato direto com os moradores das comunidades, sobretudo durante a realização de pesqui-

sas, puderam constatar que parentes e conhecidos já tiveram algum envolvimento com o trabalho escravo, geralmente como trabalhadores aliciados. Muitas vezes os próprios trabalhadores reconheciam durante a apresentação de uma peça, as semelhanças entre a forma como foram aliciados para o trabalho escravo e a situação encenada. Na Escola Municipal Oziel Alves, esses trabalhadores foram convidados a tratar sobre sua experiência e, assim, conseqüentemente, participaram do processo de aprendizado, recebendo informações dos alunos e também as transmitindo. Aqui, a questão da identificação foi fundamental para o trabalho da equipe.

Apesar de a metodologia basear-se no diálogo, pois conta com a participação dos grupos e comunidades no processo educativo, trazendo para cena parte de seu repertório cultural, não se deve desconsiderar as especificidades de cada sujeito; os professores distinguem-se dos educandos, tanto os professores da RB quanto os da rede municipal de ensino e as lideranças das comunidades. As educadoras, quando questionadas a respeito seu conhecimento em relação à escravidão contemporânea, bem como da importância do curso de capacitação foram unânimes em reconhecer que o projeto lhes permitiu visualizar com maior clareza a situação da região de Açailândia e da própria escravidão em si; muitas vezes confundida com a exploração do trabalho.

“Eu tinha uma visão e agora tenho outra do que é realmente o trabalho escravo... Eu tinha visão de São Paulo, mas não sabia daqui de nossa região...” (Trecho de entrevista concedida pela educadora Maria do Socorro, julho de 2011, Açailândia/MA).

Se, por um lado, podemos encontrar semelhanças no perfil das educadoras e instituições educacionais envolvidas no projeto, pode-se também encontrar algumas diferenças. O grau de envolvimento com as “causas” sociais, por exemplo, é distinto em cada organização. Isso se torna evidente quando comparada a escola do MST às outras, mas também é válido para as escolas que não possuem vínculo direto com o movimento social. O que significa a existência de diferentes níveis de relação entre as organizações. No caso da Escola Municipal Oziel Alves, do Assentamento Nova Conquista, a educadora é clara ao afirmar que:

“Nós nos identificamos enquanto esquerda, enquanto movimento de luta(...). E o Centro de Defesa é uma ONG que está sempre enfrentando, denunciando as mazelas do nosso país e principalmente da região que a gente mora. Então, o CDVDH é uma ONG que o MST tem se dado bem”. (Trecho de entrevista concedida pela educadora Maria do Socorro, julho de 2011, Açailândia/MA)

Há diferenças, também, quanto à natureza das “comunidades” envolvidas. Uma comunidade escolar possui especificidades se comparada a qualquer outra. No entanto, se pode visualizar em ambas uma mesma fundamentação, a saber: identidades, ação conjugada, cooperação, sentimento de pertença, vínculos duradouros, e relações estritas entre seus membros. Cabe lembrar, em contrapartida, que os sujeitos envolvidos: educandos e trabalhadores são o foco do programa de combate à escravidão, justamente por comporem o “grupo de risco”, por compartilhar delicada condição socioeconômica; fazem parte dos setores mais oprimidos da sociedade brasileira.

A educação popular e seus desdobramentos na comunicação comunitária buscam o empoderamento da comunidade a partir dela mesma. A cidadania é a justificativa inicial; a identidade e a cultura são os elementos agregadores bem como ponto de partida; a auto-organização e autonomia são a meta.

A comunicação desenvolvida junto aos movimentos populares visa a conquista da cidadania, historicamente negada à significativa parcela da população brasileira. Deve-se levar em conta que o conceito de cidadania sofre variações de acordo com o grupo de interesse a invocar o termo. No caso dos movimentos sociais, “cidadania” sofre expansão de seu significado, que tradicionalmente vincula-se à concepção democrático-liberal, e passa a defendê-la de forma mais ampla, destacando seu aspecto econômico, político e social. A base para compreensão do conceito de cidadania, que de forma alguma é estática, deve levar em consideração o conjunto de direitos e deveres dos sujeitos organizados em sociedade. Para as organizações populares, no entanto, a cidadania engloba os direitos de primeira, segunda e terceira geração. A saber: direitos civis e políticos, considerados de primeira geração; direitos sociais, considerados de segunda geração e

direitos da terceira geração que envolvem as minorias, como por exemplo, as comunidades indígenas e autóctones.

“A conquista da cidadania significa a passagem de súditos para cidadãos, dentro de um arcabouço social que requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu status de cidadão à qualidade da participação. Esta é uma de suas bases. Outra está na noção de que suas formas se condicionam ao tipo de sociedade política em que se vive” (PERUZZO, 2008)

APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A PROJETOS COMUNITÁRIOS

Como forma de estimular a participação e a continuidade das atividades do programa nas escolas e comunidades, a ONG Repórter Brasil abre editais anualmente, oferecendo para cada estado o financiamento de três projetos no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. As três escolas visitadas: Escola municipal Oziel Alves, Gastão Vieira e Escola municipal Jesus de Nazaré foram contempladas com o financiamento e desenvolveram diferentes projetos relacionados ao combate à escravidão, como já apresentado.

“Todo projeto você precisa de um material didático; porque você pensa na finalização... tem que pensar no produto final né?! A gente pensava em começar um projeto desses e não ter o suporte (materiais diversos). Por isso pensamos no ano passado em mandar o projeto pra lá (Repórter Brasil) pra que tivéssemos o apoio (edital) financeiro.” (Trecho de entrevista concedida pela educadora Maria dos Reis, da EM Gastão Vieira, Açailândia/MA, julho de 2011)

No ano de 2010, a Rádio Comunitária Arca FM, criada pelo CDVDH e outras organização sociais de Açailândia e localizada no bairro da Vila Ildemar, desenvolveu um mini-projeto financiado pela RB através de edital daquele ano. O projeto consistia em “*formar e informar adolescentes, jovens e adultos sobre o problema do trabalho escravo e suas consequencias*”. Foram produzidos e apresentados quatro programas de rádio. O primeiro é a apresentação do projeto para a comunidade, o segundo programa é uma

entrevista com o coordenador geral do CDVDH, Antonio Filho, sobre o trabalho escravo, o terceiro programa é uma entrevista com um trabalhador libertado e o quarto programa é sobre “*as forma legais de repressão ao trabalho escravo*”, chamava-se: “*Comunicar para Libertar*” e foi apresentado por Lucas Renan e Luana Ramalho, dois jovens da rádio.

O bairro Vila Ildemar já foi considerado o maior fornecedor de mão de obra para o trabalho escravo de Açailândia. Seus moradores são oriundos da zona rural e de outras regiões do Estado; recém-chegados cuja expectativa de emprego nas siderúrgicas locais não foi satisfeita. Os aliciadores “recrutam” trabalhadores por meio do “bocaaboca”, uma vez que os métodos “convencionais”(carros de som e rádio poste, objetos de estudo da primeira etapa do presente projeto) de comunicação encontram-se sob razoável fiscalização. A praça da cidade é utilizada como um dos pontos de encontros entre trabalhadores e aliciadores, lugar de onde são deslocados de ônibus para a fazenda onde serão escravizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pode ser observado no decorrer das entrevistas e durante o trabalho de campo em Açailândia é que há o esforço, por parte dos agentes da Repórter Brasil, em manter contato com as escolas e os professores participantes do programa. Periodicamente entram em contato com as educadoras e escolas através de e-mails, além disso, enviam por cartas e correspondências os materiais didáticos produzidos pela entidade e articulam visitas periódicas. O CDVDH, além de acompanhar o andamento do projeto nas escolas, também retorna às instituições de ensino, muitas vezes realizando filmagem e coletando materiais.

Durante datas comemorativas como, por exemplo, o Dia da Consciência Negra, ocorre o inverso: professores e alunos vão à sede do Centro de Defesa em busca de matérias que possam auxiliar nas atividades em sala de aula. São distribuídos revistas, folders e vídeos, muitos desses materiais são provenientes da Repórter Brasil e da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da CPT.

Nesse sentido, a relação entre o Centro de Defesa e as escolas é facilitada, inclusive porque alguns professores passaram pela formação no

CDVDH. Ainda assim, para Ivanete Silva (coordenadora local do programa), um dos empecilhos à continuidade das atividades nas escolas é a falta de contato direto dos membros da RB e CDVDH com professores. Para ela, os professores da região sentem-se mais estimulados a dar continuidade ao programa quando são visitados pessoalmente. A dificuldade, nesse caso, seria a falta de pessoal para suprir a demanda com periodicidade.

Além desta, outra dificuldade apontada pelos educadores é a questão política local. Durante as entrevistas, algumas educadoras se referiram ao prefeito de Açailândia como um dos dificultadores do programa vingar e se multiplicar no município por conta de envolvimento direto com a questão do trabalho escravo.

No ano de 2008, a temática do trabalho escravo havia sido incluída pelo MEC (Ministério da Educação) nos livros de português. Nesse caso, os professores trabalhariam a questão da escravidão em sala de aula sem “custos”. Além disso, em cidades como Açailândia, onde integrantes do poder público possuem envolvimento com o trabalho escravo, a abrangência do projeto não se restringiria às escolas participantes do programa, já que estaria estabelecido a partir dos parâmetros curriculares nacionais, referência para o ensino fundamental e médio.

Podemos perceber o comprometimento das educadoras com as atividades escolares, que dedicam boa parte de suas energias à profissão, ao mesmo tempo em que encontram-se sobrecarregadas de tarefas pois o número de profissionais, em todas as escolas visitadas, é visivelmente inferior ao necessário para desenvolver as atividades com qualidade. O envolvimento dessas profissionais, sua capacidade de “contornar” as dificuldades, sua força de vontade parecem contrastar com os incentivos da iniciativa governamental. As escolas dependem em excesso de suas iniciativas individuais; a falta de investimento, estímulo e sobrecarga de funções acabam por inviabilizar ou ao menos tornar mais difícil a viabilidade de projetos mais ambiciosos nas escolas, dificultando também a continuidade de projetos como o “Escravo, nem pensar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Enesita. *Mediações e Poder*. Paper apresentado COMPÓS, Porto Alegre, 2000.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983. HENRIQUES, Márcio Simeone. *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Autêntica, Belo Horizonte, 2007.

MEKSENAS, Paulo. *Cidadania, poder e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002. PERUZZO, Cecília Maria Krohling. *Conceitos de Comunicação Popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor*. Palavra Clave, V. 11, nº2, Dezembro de 2008, p. 367-379.

SOUZA, Queila e QUANDT, Carlos. *Metodologia de análise de redes sociais*. In *O tempo das redes*, Perspectiva, São Paulo, 2008.